

*Ata da 41ª Sessão Extraordinária da Assembleia Legislativa
do Estado da Bahia,
em 22 de janeiro de 2014.*

Presidência do Senhor Deputado Marcelo Nilo. À hora marcada, através da lista de presença, verificou-se o comparecimento dos seguintes Srs. Deputados: Aderbal Fulco Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Sanches, Álvaro Gomes, Ângela Sousa, Augusto Castro, Bira Corôa, Bruno Reis, Cacá Leão, Capitão Tadeu, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, Cel. Gilberto Santana, Delegado Deraldo, Elmar Nascimento, Euclides Fernandes, Fabrício Falcão, Gaban, Graça Pimenta, Herbert Barbosa, Ivana Bastos, João Bonfim, João Carlos Bacelar, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Kelly Magalhães, Leur Lomanto Júnior, Luciano Simões, Luiz Augusto, Luiza Maia, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Maria Luiza, Maria Luiza Laudano, Mário Negromonte Júnior, Marquinho Viana, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pastor Sargento Isidório, Paulo Azi, Paulo Câmera, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Rogério Andrade, Ronaldo Carletto, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Targino Machado, Temóteo Brito, Tom Araújo, Vando, Yulo Oiticica, Zé Neto e Zé Raimundo (59). Havendo número regimental o Sr. Presidente, invocando a proteção de Deus, declarou aberta a Sessão, com o objetivo de apreciar todas as matérias acordadas pelos Líderes na Sessão anterior. Não houve expediente a ser anunciado e não houve oradores inscritos no Pequeno Expediente. GRANDE EXPEDIENTE – Horário do DEM – O Deputado Gaban considerou um equívoco destinar apenas 0,6% do Orçamento para as emendas impositivas e avaliou que os futuros parlamentares vão arcar com esse erro. Declarou que votou favorável apenas para assumir o compromisso feito pela Bancada e lembrou que propôs seguir o mesmo percentual aprovado no Congresso Nacional. Tratando sobre a Constituição, criticou no que tange a retirar do deputado o direito de apresentar projeto que gere ônus para o Governo, e encerrou afirmando o grande apreço que tem pelo Parlamento. O orador concedeu aparte aos Deputados Paulo Rangel e Capitão Tadeu. ORDEM DO DIA – Em segunda discussão e votação, foi aprovada a PEC nº 132/2013, de autoria do Deputado Euclides Fernandes, que “Altera os arts. 159 e 160 da Constituição Estadual, tornando obrigatória a execução da programação orçamentária que especifica.”, com 51 votos favoráveis e nenhum voto contrário. Em decorrência do acordo firmado entre os Líderes do Governo e da Oposição, foi aprovado o arquivamento do Projeto de Resolução nº 2.240/2014, de autoria do Deputado Zé Neto, que “Dá nova redação ao art. 191 da Resolução nº 1.193, de 17 de janeiro de 1985, e dá outras providências.”, com a abstenção dos deputados da Base de Oposição. Em primeira discussão e votação, foi aprovado no Plenário por unanimidade, o Projeto de Lei nº 20.487/2013, de autoria do Poder Executivo, que “Estima a Receita e fixa a Despesa do

Estado para o exercício financeiro de 2014.”. Em primeira discussão e votação, foram aprovados no âmbito das Comissões e do Plenário, os seguintes Projetos de Lei: nº 20.582/2013, de autoria do Poder Executivo, que “Altera dispositivo da Lei nº 11.903, de 23 de abril de 2010, que criou a Cadeia Pública e seu Anexo, o Conjunto Penal Feminino, o Presídio de Jovens e Adultos e os Presídios de Eunápolis, Vitória da Conquista e Barreiras, altera a estrutura organizacional e de cargos em comissão da Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, da Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza e da Secretaria de Promoção da Igualdade, na forma que indica.”, com parecer conjunto pelas Comissões, relatado pelo Deputado José de Arimatéia; nº 20.584/2013, de autoria do Poder Executivo, que “Autoriza o Poder Executivo a conceder, em nome do Estado da Bahia, direito real de uso, à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Caetité - APAE Caetité, da área de terreno que indica, de sua propriedade.”, com parecer conjunto pelas Comissões, relatado pela Deputada Ivana Bastos; nº 20.617/2013, de autoria do Poder Executivo, que “Altera a Lei nº 11.041, de 07 de maio de 2008, que instituiu a Política e o Sistema Estadual da Habilitação de Interesse Social e criou o Fundo Estadual de Interesse Social.”, com parecer conjunto pelas Comissões, relatado pelo Deputado Pastor Sargento Isidório; nº 20.618/2013, de autoria do Poder Executivo, que “Autoriza o Poder Executivo a doar ao Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI os terrenos que indica e dá outras providências.”, com parecer conjunto pelas Comissões, relatado pela Deputada Ângela Sousa; nº 20.705/2014, de autoria do Poder Executivo, que “Autoriza a remissão de dívidas oriundas de operações de crédito com recursos do Fundo de Desenvolvimento Social e Econômico - FUNDESE, realizadas no âmbito do programa de Recomposição dos Rebanhos Bovino, Caprino e Ovino da Região Semi-Árida do Estado da Bahia - "Programa Gado no Pasto", e dá outras providências.”, com parecer conjunto pelas Comissões, relatado pelo Deputado Luiz Augusto; nº 20.704/2013, de autoria do Poder Executivo, que “Altera a Lei nº 7.599, de 07 de fevereiro de 2000.”, com parecer conjunto pelas Comissões, relatado pela Deputada Kelly Magalhães; nº 20.711/2014, de autoria do Poder Executivo, que “Altera a Lei nº 12.371, de 21 de dezembro de 2011.”, com parecer conjunto pelas Comissões, relatado pelo Deputado Delegado Deraldo Damasceno; nº 20.710/2014, de autoria do Poder Executivo, que “Autoriza o Poder Executivo a transferir para a União os trechos da rodovia estadual BA-430 que indica.”, com parecer conjunto pelas Comissões, relatado pelo Deputado Leur Lomanto Júnior, e com o voto contrário do Deputado Carlos Geilson; nº 20.718/2014, de autoria da Mesa Diretora, que “Extingue as funções comissionadas - símbolo FC - que indica, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa.”, com parecer conjunto pelas Comissões, relatado pelo Deputado Euclides Fernandes; nº 20.568/2013, de autoria do Deputado Cacá Leão, que “Declara de Utilidade Pública a Associação Educacional Sons do Silêncio - AESOS, com sede e foro no município de Salvador.”, com parecer conjunto pelas Comissões, relatado pelo Deputado Euclides Fernandes. Em questão de ordem, os Deputados Pastor Sargento Isidório e Sidelvan Nóbrega solicitaram vistas ao Projeto de Lei nº 20.619/2013, de autoria do Poder Executivo, que “Cria o Conselho Estadual dos

Direitos da População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais.”, com parecer conjunto pelas Comissões, relatado pelo Deputado Bira Corôa. Usou da palavra para discutir o projeto, o Deputado Pastor Sargento Isidório. Em questão de ordem, os Deputados Pastor Sargento Isidório, Kelly Magalhães, Sidelvan Nóbrega, Paulo Rangel e Álvaro Gomes teceram considerações sobre a matéria. O Sr. Presidente concedeu vistas ao projeto pelo prazo máximo de 48 horas. Em questão de ordem, o Deputado Álvaro Gomes lamentou o falecimento de Dr. Pinho Pedreira, uma das maiores autoridades na área de Direito. Em discussão única e votação, foram aprovados na Comissão e no Plenário, os seguintes Projetos de Resolução: nº 2.184/2013, de autoria do Deputado Euclides Fernandes, que “Concede a Comenda Dois de Julho ao Dr. Antônio de Souza Andrade Filho, Presidente da Fundação de Neurologia e Neurocirurgia/Instituto do Cérebro.”, com 34 votos favoráveis e 03 votos contrários, e parecer relatado pelo Deputado Joseildo Ramos, após verificação de *quorum* de votação solicitado em questão de ordem pelo Deputado Euclides Fernandes; nº 2.230/2013, de autoria do Deputado Elmar Nascimento, que “Concede o título honorífico de Cidadão Baiano ao Ministro do Superior Tribunal de Justiça Mauro Luiz Campbell Marques.”, com 39 votos favoráveis e 02 votos contrários, e parecer relatado pelo Deputado Euclides Fernandes; nº 2.224/2013, de autoria do Deputado Reinaldo Braga, que “Concede o Título Honorífico de Cidadão Baiano ao General-de-Divisão Racine Bezerra Lima Filho.”, com 33 votos favoráveis e 04 votos contrários, e parecer relatado pelo Deputado Euclides Fernandes; nº 2.235/2013, de autoria do Deputado Capitão Tadeu, que “Concede o Título Honorífico de Cidadão Baiano ao Ministro do Superior Tribunal de Justiça Humberto Eustáquio Soares Martins.”, com 34 votos favoráveis e 02 votos contrários, e parecer relatado pelo Deputado Euclides Fernandes; nº 2.239/2014, de autoria do Deputado Euclides Fernandes, que “Concede a Comenda Dois de Julho ao Dr. Emerson José Osório Pimentel Leal, Diretor - Presidente da SUDIC.”, com 35 votos favoráveis e 02 votos contrários, e parecer relatado pelo Deputado Carlos Geilson; nº 2.229/2013, de autoria do Deputado Carlos Geilson, que “Concede a Comenda Dois de Julho a Alexi Pelágio Gonçalves Portela Júnior.”, com 37 votos favoráveis e nenhum voto contrário, e parecer relatado pelo Deputado Euclides Fernandes; nº 2.236/2013, de autoria do Deputado Nelson Leal, que “Concede a Comenda Dois de Julho a Ivete Maria Dias de Sangalo Cady.”, com 34 votos favoráveis e 02 votos contrários, e parecer relatado pelo Deputado Carlos Geilson; nº 2.234/2013, de autoria da Deputada Ivana Bastos, que “Concede o título honorífico de Cidadão Baiano ao Geólogo José Francisco Martins de Viveiros, Diretor Presidente da Bamin, Bahia Mineração.”, com 31 votos favoráveis e 02 votos contrários, e parecer relatado pelo Deputado Zé Raimundo; nº 2.056/2011, de autoria da Mesa Diretora, que “Concede o título honorífico de Cidadão Baiano a João Francisco Ferreira.”, com 33 votos favoráveis e 01 votos contrários, e e parecer relatado pelo Deputado Zé Raimundo; nº 2.237/2013, de autoria do Deputado Mário Negromonte Júnior, que “Concede o Título Honorífico de Cidadão Baiano ao Padre da Paróquia de Santo Antônio de Pádua no município de Sítio do Quinto, o Excelentíssimo Senhor Rosivaldo Gama

Wanderley e dá outras providências.”, com 31 votos favoráveis e 01 abstenção, e parecer relatado pelo Deputado Zé Raimundo; nº 2.241/2014, de autoria do Deputado Augusto Castro que “Concede o título honorífico de Cidadão Baiano ao advogado Paulo Roberto Ziulkoski.”, por unanimidade, com parecer relatado pelo Deputado Zé Raimundo; nº 2.227/2013, de autoria do Deputado Zé Raimundo, que “Concede o título honorífico de Cidadão Baiano ao empresário Luiz Carlos Batista.”, com 33 votos favoráveis e 01 voto contrário, e parecer relatado pelo Deputado Carlos Geilson. O Sr. Presidente anunciou a convocação de uma Sessão Extraordinária a ser iniciada, um minuto após o encerramento desta, com base no inciso II, do art. 92 do Regimento Interno, com o objetivo de apreciar em segunda discussão os projetos de lei acima aprovados em primeira discussão. Não havendo mais matéria constante da Ordem do Dia, o Sr. Presidente declarou encerrada a Sessão, na qual deixaram de comparecer os seguintes Srs. Deputados: Ângelo Coronel, Fátima Nunes, J. Carlos e Marcelino Galo (04).

- PRESIDENTE -
- 1º SECRETÁRIO -
- 2º SECRETÁRIO -